



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

11/04/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Deputado do PT questiona TCE sobre privatização da Sabesp

Depois de conseguir no TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) a suspensão do início do processo de privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), o deputado estadual Emídio de Souza (PT-SP) enviou um novo ofício ao órgão nesta segunda-feira (10). Agora ele questiona o processo de privatização da Sabesp.

Ao fazer o balanço de seus 100 dias no cargo, nesta segunda (10), o governador Tarcísio de Freitas autorizou a contratação do IFC (International Finance Corporation), órgão vinculado ao Banco Mundial, para iniciar os estudos de privatização da Sabesp. O processo será feito sem licitação, seguindo despacho assinado na sexta (7) pelo secretário de Parcerias em Investimentos, Rafael Benini.

No ofício ao TCE-SP, Emídio contesta a medida de Tarcísio e afirma que também seria necessária autorização legislativa para a venda de um ativo do estado. Ele diz que, na liminar que suspendeu a contratação de estudos para a privatização da Emae, o conselheiro Renato Martins Costa escreveu sobre o "respeito ao princípio da legalidade" como um ato primordial na administração pública.

"A escolha da IFC como responsável pela estruturação da privatização da Sabesp também deve ser avaliada com cautela porquanto a instituição é conhecida por defender políticas neoliberais e de privatização em todo o mundo, o que pode indicar um conflito de interesses na condução desse processo", diz o deputado.

O IFC já prestou consultoria ao atual governo no processo de concessão do Rodoanel Norte, assinado no mês passado.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de abril.

Governo alterou dado de última hora para cortar artificialmente gasto com INSS

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alterou um dado no Orçamento de 2023 para reduzir artificialmente a previsão de gastos com INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e evitar, de última hora, uma pressão maior sobre as despesas logo no início do novo mandato.

Documento obtido pela Folha por meio da Lei de Acesso à Informação mostra que a SPE (Secretaria de Política Econômica), vinculada ao Ministério da Fazenda, reduziu o valor do salário mínimo na grade de parâmetros dias após ter elaborado uma primeira versão com um piso maior, de R\$ 1.320 —valor prometido por Lula a partir de 1º de maio.

A revisão da grade para manter o salário mínimo no patamar atual (R\$ 1.302) permitiu uma redução de R\$ 7,7 bilhões na despesa com benefícios previdenciários em relação ao previsto no Orçamento, o que diminuiu o déficit projetado para o ano e afastou o risco de precisar bloquear outros gastos.

A manobra foi alvo de um alerta da Diretoria do RGPS (Regime Geral de Previdência Social), vinculada ao Ministério da Previdência Social, responsável por calcular os gastos com aposentadorias e pensões do INSS.

Em nota informativa assinada na tarde de 21 de março —véspera da divulgação do relatório bimestral de receitas e despesas, documento exigido por lei e que aponta se há necessidade de bloqueio de recursos no ano—, os técnicos do RGPS apresentaram os novos números sob o salário mínimo de R\$ 1.302.

Apesar disso, eles grifaram no texto que era "necessário e relevante" observar que os dados ficariam inconsistentes com a trajetória de gastos para os anos seguintes, projetada a partir do piso de R\$ 1.320 —conforme orientação dada 11 dias antes pela SPE, em 10 de março.

Segundo relataram os técnicos, a revisão das despesas do INSS atendeu a um email enviado pela Cofis-SOF (Coordenação de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério do Planejamento) às 10h30 daquele mesmo 21 de março, "de forma a considerar um salário mínimo de R\$ 1.302,00 por todo o ano".

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de abril.

Veja as despesas médicas que podem ou não ser deduzidas do IR

As despesas médicas e hospitalares permitem dedução na declaração do Imposto da Renda 2023 e podem ajudar o contribuinte a aumentar sua restituição ou reduzir o imposto a ser pago.

Os gastos com saúde estão entre os principais itens que podem mais contribuir para a restituição maior, já que não há limite de dedução, diferentemente do que ocorre com outras despesas, como com educação, por exemplo.

O contribuinte pode deduzir seus gastos com saúde e de seus dependentes e alimentados (quem recebe pensão alimentícia por decisão judicial ou homologada por escritura pública).

Porém nem todas as despesas são aceitas pela Receita Federal, havendo regras que limitam o uso. Um exemplo são os gastos com remédios, enfermeiros e materiais cirúrgicos que são dedutíveis apenas se estiverem no pagamento de uma internação hospitalar.

Na maioria dos casos, as despesas com tratamentos para saúde, hospitais, médicos de todas as especialidades e dentistas permitem dedução. Já os pagamentos feitos a outros profissionais da área e locais como farmácias, por exemplo, não são validadas pela Receita.

QUAIS GASTOS COM SAÚDE PODEM SER DEDUZIDOS NO IMPOSTO DE RENDA?

- Consultas e tratamentos com médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, entre outros; - Planos de saúde médicos e odontológicos; - Cirurgias e internações hospitalares; - Teste de Covid-19, desde que feitos em laboratórios de análises clínicas, hospitais e clínicas; - Seguro-saúde, que é oferecido por empresas domiciliadas no Brasil e cobrem despesas médicas, odontológicas ou hospitalares; - Exames laboratoriais e radiológicos em clínicas ou laboratórios; - Aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas (como pernas e braços mecânicos, cadeiras de rodas, andadores, palmilhas e calçados especiais) desde que sejam comprovados com receita médica ou integrem a conta da clínica ou do hospital; - Aparelhos dentários e próteses que substituem dentes (como dentaduras ou coroas), desde que comprovados com receita e nota fiscal em nome do beneficiário ou integrem o valor pago ao profissional ou clínica odontológica; - Colocação e manutenção de aparelho ortodôntico desde que a conta seja emitida pelo dentista; - Educação de pessoas com deficiência física ou mental comprovada por laudo médico e com pagamento feito a entidades voltadas a deficientes [...].

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de abril.

Gasolina volta a subir após três semanas de queda

O preço médio da gasolina voltou a subir nos postos brasileiros após três semanas consecutivas de queda. Na semana passada, o litro do combustível foi vendido, em média, a R\$ 5,50, ante R\$ 5,48 registrados no levantamento anterior da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis).

A alta de 0,36% ocorre pouco mais de um mês depois da retomada da cobrança de impostos federais sobre a gasolina, adotada pelo governo no início de março. Apesar de ter registrado três semanas seguidas de queda, o litro da gasolina já acumula alta de R\$ 0,42 desde a semana anterior à reoneração.

O preço máximo do litro da gasolina encontrado pela agência na última semana foi de R\$ 7,19, em São Paulo (SP), enquanto o menor preço, de R\$ 4,44, foi registrado em Campinas.

A gasolina será ainda mais pressionada nos próximos meses pela mudança no modelo de cobrança do ICMS (imposto estadual), que passa a vigorar em junho. No fim de março, os estados fixaram a nova alíquota em R\$ 1,22 por litro, menor do que o valor de R\$ 1,45 projetado inicialmente.

O novo modelo do ICMS prevê a cobrança de um valor único nacional em reais por litro e apenas dos produtores e importadores dos combustíveis.

Já o diesel manteve a trajetória de queda, com redução de preço médio pela nona semana consecutiva. O preço médio do litro do diesel S-10 na última semana foi de R\$ 5,84, queda de 0,34% em relação ao levantamento anterior.

A queda contínua é reflexo de dois cortes promovidos pela estatal desde o início da gestão do presidente Jean Paul Prates.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 11 de abril.